

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

Comissão Mista de Justiça e Redação, Educação e Cultura e Finanças e Orçamento

PARECER DAS COMISSÕES PARECER N° 030 /2017

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 060/2017, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL QUE DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 4.509, DE 04 DE JULHO DE 2012.

I – Relatório:

Trata-se do PROJETO DE LEI 060/2017, de autoria Do Poder Executivo que QUE ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 4.509, de 04 de julho de 2012.

O texto foi encaminhado às Comissões de Educação e Cultura, Justiça e Redação e Finanças e Orçamento, para fins de parecer.

É o relatório. Vejamos.

II – Voto da Relatora:

O Projeto de Lei em pauta está regularmente autuado e desenvolvido em ordem cronológica foi previamento analizado pela Procuradoria Especializada de Assessoramento Legislativo, desencadeando no Parecer Jurídico Prévio nº 155/2017, que opinou pela constitucionalidade e legalidade da proposição do texto. Portanto, tomo como razões e esta relatora opta por acatar na íntegra, e emite posicionamento favoravel à proposição em comento com as manifestações de fato e direito exterradas no referido parecer.

Assim, sob os aspectos que competem à análise da Comissão de educação e Cultura nos moldes do artigo 77 do Regimento Interno desta casa de Leis, observa e que a técnica legislativa e a observância estrita do procedimento legal, material e adjetivo, outorgam à proposição em



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

Comissão Mista de Justiça e Redação, Educação e Cultura e Finanças e Orçamento

procedimento legal, material e adjetivo, outorgam à proposição em comento a necessária regularidade.

Sob os aspectos que tangem à Comissão de Educação e Cultura constatou-se que o Projeto não contém vício de iniciativa, vez que formulado e encaminhado a esta casa pelo Poder Executivo a quem é outorgada a prerrogativa de tomar a iniciativa do processo legislativo. Bem como não há vício material. Desta forma opta-se por acatar o aludido Parecer da Procuradoria.

O art. 78, inciso I, do Regimento Interno preleciona que cabe à Comissão de Finanças e Orçamento emitir parecer sobre o projeto de lei em análise, vez que trata-se de alteração no Plano de Cargos e Carreiras e remuneração para os integrantes do quadro do magistério público do município de Parauapebas.

Ante o exposto, opina-se **favoravelmente a aprovação** do Projeto de Lei 060/2017, que autoriza o Poder Executivo Municipal que dispõe sobre a alteração da Lei Municipal 4.509, de 04 de julho de 2012.de autoria do Poder Executivo.

É o parecer da relatora.

VOTO PELA PROVAÇÃO DO PROJETO.

Sala das Comissões, 04 de dezembro de 2017.

Vereadora Eliene Soares Relatora



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

Comissão Mista de Justiça e Redação, Educação e Cultura e Finanças e Orçamento

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão Mista de Justiça e Redação, Educação e Cultura e Finanças e Orçamento, em reunião dia 04 de dezembro, OPINOU PELA APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 060/2017, por ser constitucional e juridicamente viável.

VOTO PELA APROVAÇÃO DO PROJETO.

Sala das Comissões, 04 de dezembro 2017.

Eliene Soares de Sousa Relatora

Francisca Ciza

Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Kelen Adriana Mesquita

Membro



ESTADO DO PARÁ PODER LEGISLATIVO

MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

Comissão Mista de Justiça e Redação, Educação e Cultura e Finanças e Orçamento

João Assi Presidente da Comissão de Justiça e Redação

> Antonio Horácio Martins Membro

Zacarias Marques Presidente da Comissão de Finanças

> Joelma de Moura Leite Membro

Luiz Alberto Moreira Castilho Membro